

=====

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP Nº 56/2011

=====

Contratante	INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO - IPA End.: Av. Gal. San Martin, nº 1371 – Bonji – Recife/ PE CNPJ: 10.912.293/0001-37 Representante: Júlio Zoé de Brito Diretor-Presidente
Processo Licitatório	Nº 157/2011
Modalidade de Licitação	Pregão Eletrônico nº 0037/2011
Fundamento	Lei n. 10.520/02, Decreto n. 3.555/2000, Decreto nº 5.450/2005 e 5.504/2005, Decreto nº 3.931/2001 e, subsidiariamente, nas Leis nºs. 8.666/93 e 8.078/90 (CDC), e demais legislações aplicáveis à matéria.
Finalidade	Registrar aos 09 dias do mês de dezembro do ano de 2011 os preços ofertados pelas empresas classificadas para eventual aquisição de veículos automotores diversos , nos termos da deliberação do Pregoeiro, observando-se fielmente as disposições do Edital Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 037/2011 e seu Anexo I, que ora integram este instrumento de registro, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:
Validade	12 (doze) meses

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS

Empresa Classificada:

<p>1 –ECS – CONSTRUTORA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. CNPJ: 08.206.867/0001-00 Endereço: Rua Duque de Caxias, 450, sala 1104 – Centro – Uberlândia / MG Representante: Carlene de Fátima Oliveira Pedrosa RG: M-3.726.494 – SSP/MG CPF: 539.516.206-25</p>
--

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O objeto imediato do presente instrumento é o de registrar os preços unitários obtidos no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 0037/2011; enquanto o objeto mediato será a contratação futura das empresas relacionadas na Cláusula Primeira deste instrumento, visando ao fornecimento dos veículos e equipamento agrícola, abaixo

relacionados, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no respectivo Edital e seu Anexo I.

PLANILHA DEMONSTRATIVA DE PREÇOS – PDP

Item	MARCA/MODELO	Quant	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	VALOR TOTAL REGISTRADO
8	Ford/ Ranger	20	R\$ 103.500,00	R\$ 2.070.000,00

Item	Especificação
8	CAMINHONETE PICK UP; CABINE DUPLA, NOVA, ZERO QUILOMETRO, ANO E MODELO 2011 OU POSTERIOR; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRASEIROS COM ACIONAMENTO COM UM TOQUE PARA CIMA/BAIXO E SISTEMA ANTIESMAGAMENTO, VIDROS VERDES, TRAVAS ELÉTRICAS DAS PORTAS A 20 KM/H, TAPETES, CINTO DE SEGURANÇA LATERAIS RETRÁTEIS DE 3 PONTOS DIANTEIROS E TRASEIROS, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA INSTALADO PELA MONTADORA, CAPACIDADE MÍNIMA PARA CINCO PASSAGEIROS, SISTEMA DE SOM COM ALTO FALANTES E RÁDIO CD PLAYER/MP3 E CONEXÕES USB, ALARME ANTI-FURTO, DESCANSA BRAÇO NO BANCO TRASEIRO, BANCOS COM REGULAGEM DE ALTURA, TRAÇÃO 4X4, AIR BAG PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO, ESPELHOS RETROVISORES PINTADOS NA COR DO VEÍCULO, MOTOR TURBO DIESEL DE 3.0 CC COM GERENCIAMENTO ELETRÔNICO; TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 75 LITROS; AJUSTE DA ALTURA DA COLUNA DA DIREÇÃO, FARÓIS DE NEBLINA, GRADE DO RADIADOR CROMADA, PÁRA-CHOQUES CROMADOS, POTÊNCIA 163 CV; GARANTIA MÍNIMA DE 02 ANOS, SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM; CAIXA DE MUDANÇAS TIPO MANUAL COM 05 (CINCO) MARCHAS SINCRONIZADAS À FRENTE E 01 (UMA) À RE; CAPOTA MARÍTIMA; ABERTURA E FECHAMENTO DAS PORTAS E VIDROS POR CONTROLE REMOTO, PNEUS RADIAIS A PARTIR DE 245/70 R 16, CINTO DE SEGURANÇA DIANTEIROS E TRASEIROS, PROTETOR DE CARTER, PINTURA NA COR PRETA PEROLIZADA. TACÔMETRO, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS: PNEU SOBRESSALENTE, EXTINTOR DE INCÊNDIO DE ACORD COM A NOVA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO, MACACO, TRIÂNGULO E CHAVE DE RODAS E DEMAIS EQUIPAMENTOS BÁSICOS POSSÍVEIS EXISTENTES. CARROCERIA: CAPACIDADE MÍNIMA DE 1 TONELADA; ENTREGUE EMPLACADO COM PLACA CINZA, PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DO IPA, TOTALMENTE REGULARIZADO E MATRICULADO EM RECIFE, JUNTO AO DETRAN/PE. GARANTIA MÍNIMA: 02 ANOS SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, REVISÃO COM MÃO DE OBRA GRÁTIS COM 06 MESES OU COM 10.000 KM E COM 12 MESES OU 20.000 KM RODADOS. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: CONSIDERANDO QUE O IPA ESTÁ PRESENTE NA MAIORIA DOS MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS, É NECESSÁRIO QUE A LICITANTE OFEREÇA ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NOS MUNICÍPIOS DE RECIFE,

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

3.1 - O registro de preços ora formalizado terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, caso, comprovada e justificadamente, a proposta continue se mostrando mais vantajosa.

3.2 - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Instituto Agrônomico de Pernambuco não ficará obrigado a comprar os bens, objeto do presente registro, exclusivamente pelo SRP, podendo realizar licitações quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, sem que caiba nesta quaisquer tipo de recurso ou indenização às empresas signatárias do SRP.

3.3 - Na hipótese do subitem 3.2, caso o preço resultante da licitação, dispensa ou inexigibilidade, seja igual ou superior ao constante no Sistema de Registro de Preços, a entidade **fica** obrigada a adquirir os bens junto às empresas signatárias deste Instrumento, eis que estas têm o direito de preferência.

3.4 – A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o Fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUARTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - A Administração desta Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Superintendência Administrativa e Financeira conjuntamente com o Departamento de Operações Administrativas.

4.2 - A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pela Administração Superior do IPA, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

4.3 - Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia ao IPA.

4.4 - A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

- a) disponibilidade de saldo do bem desejado para fornecimento;
- b) anuência expressa da empresa em fornecer o bem ao órgão/entidade solicitante.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO FORNECIMENTO

O acompanhamento e fiscalização da execução do fornecimento dos bens serão realizados pela Coordenadoria do Núcleo de Patrimônio conjuntamente com a Supervisão de Transportes, de acordo com o art. 67 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. Os preços registrados para as empresas signatárias deste instrumento são aqueles constantes na Planilha Demonstrativa de Preços – PDP, parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

6.2 - Em cada fornecimento, o preço total será o produto do preço unitário ora registrado multiplicado pela quantidade que se deseja comprar.

6.3 - É vedado qualquer reajuste de preços durante o prazo de 1 (um) ano, a contar da data de apresentação da proposta, exceto por força de legislação ulterior que assim o permita, e ocorrência de fatos imprevisíveis ou de difícil previsão.

6.4. A revisão negociada de valores, para mais ou para menos, poderá ocorrer de *ofício* ou a pedido do licitante signatário da Ata de Registro de Preços - ARP, nas seguintes condições:

a) para mais, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial da proposta, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º, da Lei n. 8.666/93, desde que demonstrada, por parte do Fornecedor, alteração substancial nos preços praticados no mercado, por motivo de força maior, caso fortuito, fato do príncipe e/ou fato da Administração.

b) para menos, quando a Administração verificar que o preço registrado encontra-se substancialmente superior ao praticado no mercado. Porém, qualquer que seja o caso de revisão esta só poderá se dar para fornecimentos futuros e não para os quais já se emitiu e a empresa recebeu a Nota de Empenho.

6.5 - Na hipótese da alínea "b" do item anterior, frustrada a negociação, o IPA liberará o Fornecedor e convocará as demais empresas classificadas em 2º e 3º lugares visando igual oportunidade de negociação, sucessivamente.

6.6 - Caso reste frustrada também as negociações com as demais empresas, o IPA revogará, total ou parcialmente, esta Ata e adotará as medidas cabíveis para a aquisição desejada.

6.7 - Visando subsidiar eventuais revisões, o IPA elaborará pesquisas periódicas dos preços praticados no mercado.

6.8 – No preço registrado estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, fretes, seguros, embalagens, encargos sociais etc.)

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. Para a execução deste objeto, o IPA verificará previamente a existência de dotação orçamentária e providenciará a expedição da Nota de Empenho.

7.2. A Contratada terá 2 (dois) dias úteis para retirada da Nota de Empenho, após a notificação para a entrega dos bens.

7.3. A retirada da Nota de Empenho somente poderá ser efetuada por representante legal da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação ou por preposto, desde que munido de instrumento de procuração com poderes especiais para firmar contrato.

7.4. Tanto o representante, quanto o preposto, previstos no subitem 7.3 deverão apresentar-se munidos de documento de identidade.

7.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido no subitem 7.2 ou se recusar a recebê-la, sem justificativa plausível e aceita pela Administração, esta convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas mesmas condições do primeiro, e assim por diante.

7.6. Os bens fornecidos deverão ser entregues no seguinte endereço e horário:

No Núcleo de Patrimônio do IPA na presença da Supervisão de Transporte, localizada no bloco 14 do prédio sede da licitadora, sito: Av. Gal. San Martin, 1371 – Bonji – Recife/PE – 81 3184-7301.

Horário de entrega: das 08h às 17h, em dias úteis (segunda a quinta-feira) e nas sextas-feiras das 08h às 12h.

7.6.1 – Quando destinados a outro órgão aderente, no endereço que por este for indicado.

CLÁUSULA OITAVA - DO MODO DE RECEBIMENTO

8.1 - Os bens serão **recebidos provisoriamente** para posterior verificação da conformidade com o exigido no Edital, por servidor do Núcleo de Patrimônio conjuntamente com a Supervisão de Transportes.

8.2 - O **recebimento definitivo** dar-se-á no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante comunicação realizada pelo Supervisor de Transportes ao coordenador da Unidade de Patrimônio.

8.3 - A Administração do IPA, por intermédio da Unidade de Supervisão de Transportes, efetuará, quando do recebimento dos veículos e do equipamento, as diligências necessárias à verificação da qualidade dos mesmos, observadas as especificações mínimas constantes do Edital Pregão Eletrônico nº 0037/2011 e seu Anexo I.

8.4 - Verificando-se vícios ou defeito(s) no(s) bem(ns), a empresa será notificada para saná-lo(s) ou efetuar a substituição das peças defeituosas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, ficando, nesse período, interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.5 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da licitante.

8.6 – Em relação a **eventuais decréscimos**, não se aplica a regra contida no art. 65, §§ 1º e 2º, II, da Lei n. 8.666/93, podendo o órgão gerenciador adquirir quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto, mediante depósito bancário efetuado em favor da empresa contratada, após a apresentação das Notas Fiscais, devidamente atestadas pelo titular do Núcleo de Patrimônio do IPA.

9.2 **Por ocasião da emissão da Nota Fiscal, o licitante deverá fazer constar neste documento o número do convênio ou contrato de repasse que custeará a referida aquisição, devendo para tanto entrar em contato com o Departamento de Operações Financeiras – DEFI, através do telefone: (81) 3184 – 7367 / 7246, Sr. Paulo Marinho ou Manuella Tavares.**

9.3 - Não sendo a empresa contratada optante do SIMPLES, dos seus pagamentos serão efetuados a retenção na fonte do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, a Contribuição para o financiamento da Seguridade Social – CONFINS e a Contribuição para o PIS/PASEP, podendo ser acrescidos ou suprimidos conforme legislação vigente.

9.4 – A cada pagamento será verificada a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.

9.5 – Estando os documentos com prazo de validade vencido ou irregular, o Fornecedor será notificado e terá o prazo de 10 (dez) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando a sua situação, a Administração do IPA adotará as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO CONTRATANTE

10.1 – Para garantir o fiel cumprimento desta ARP, o Contratante compromete-se a:

- a) gerenciar a ARP;
- b) notificar o Fornecedor para verificar seu aceite em caso de fornecimento para órgão aderentes;
- c) encaminhar cópias da ARP para órgãos aderentes e parceiros
- d) conduzir o procedimento de penalização administrativa ao Fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação;
- e) cancelar, total ou parcialmente, a Ata de Registro de Preços
- f) decidir a oportunidade e conveniência das solicitações de aquisições dos bens, objeto deste registro.
- g) realizar as demais atribuições previstas na sua regulamentação interna.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO FORNECEDOR

11.1 – Para garantir o fiel cumprimento desta ARP, o Fornecedor compromete-se a:

- a) responder as notificações no prazo estabelecido;
- b) não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos aderentes;

c) efetuar o fornecimento do objeto licitado, ainda que em quantidades inferiores ao inicialmente previsto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo IPA, quando:

- a) a(s) empresa(s) signatária(s) não se dispuser(em) a garantir o fornecimento dos bens com a regularidade e qualidade exigidas na contratação;
- b) a(s) empresa(s) signatária(s) não cumprir(em) as obrigações constantes deste Instrumento;
- c) a(s) empresa(s) signatária(s), na execução do contrato, incorrer(em) numa das hipóteses enumeradas nos incisos I a XI do art. 78 da Lei n. 8.666/93;
- d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a(s) empresa(s) signatária(s) não quiserem acordar a sua diminuição;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

12.2 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será comunicado à(s) empresa(s) signatária(s) e publicado no D.O.U e D.O.E.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 - A inexecução, total ou parcial, desta Ata poderá ensejar a inscrição do Fornecedor no Registro de Ocorrências do CADFOR, além da aplicação das penalidades constantes do art. 87 da Lei n. 8.666/93, bem como da Lei n. 10.520/2002 e Decreto n. 3.555/2000.

13.2 - As penalidades acima previstas só poderão ser relevadas na hipótese de ocorrência de fatos imprevisíveis, devidamente justificados e comprovados, a juízo do IPA.

13.3 - O atraso injustificado na execução do objeto, por período superior a 10 (dez) dias corridos, caracterizará o descumprimento total da obrigação, podendo acarretar a sanção de suspensão de 01 a 05 anos do direito de licitar e contratar com o IPA e o descredenciamento junto ao CADFOR, a critério da Administração.

13.4 - A multa moratória será cobrada pelo atraso injustificado no cumprimento da obrigação decorrente do procedimento licitatório, no valor correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 10%, incidente sobre o valor da parcela contratada, salvo se solicitada e deferida a entrega fracionada pela Administração do IPA, hipótese em que a incidência observará o montante porventura inadimplido.

13.5 - A penalidade pecuniária a que se refere o item anterior poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Contratante, ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente, conforme permissivo contido na Lei n. 8.666/93.

13.6 - Os órgãos ou entidades que porventura utilizarem esta Ata de Registro de Preços, nos termos do subitem 4.2 da ARP, deverão comunicar ao IPA eventuais problemas que possam ter com os Fornecedores signatários desta Ata, cabendo ao IPA aplicar, se for o caso, as penalidades devidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

O Fornecedor reconhece os direitos do Contratante, relativos ao presente instrumento, a seguir especificados:

- a) modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos do art. 65 da Lei n. 8.666/93, respeitados os direitos do Fornecedor;

- b) rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I, do art. 79, da Lei n. 8.666/93;
- c) aplicar sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial, desta ARP;
- d) fiscalizar o fornecimento dos bens.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

O IPA, para fins de eficácia do presente instrumento, providenciará sua publicação no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado, na forma de extrato, consoante exigência do parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade do Recife-PE, como o competente para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços, inclusive os casos omissos, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - A Nota de Empenho uma vez emitida será parte integrante do termo de contrato independentemente de transcrição.

17.2 - Todo instrumento de procuração deverá estar com a firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil e observar a competência do outorgante no contrato social da licitante.

17.3 - É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do objeto da contratação, salvo a devida autorização por parte do IPA, nos termos do art. 72 da Lei n. 8.666/93.

17.4 - O Fornecedor obriga-se a manter, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência deste instrumento.

Recife-PE, 09 de dezembro de 2011.

INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO - IPA

JÚLIO ZOÉ DE BRITO
DIRETOR-PRESIDENTE

CARLENE DE FÁTIMA OLIVEIRA PEDROSA
ECS – CONST. COMÉRCIO E SERV. DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.